



Estudos e Pesquisas em Psicologia

E-ISSN: 1808-4281

revipsi@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Janeiro

Brasil

Gonçalves Medeiros, Larissa; Silveira Lemos, Flávia Cristina

A produção da “circulação de crianças”: entre capturas e nomadismos

Estudos e Pesquisas em Psicologia, vol. 11, núm. 3, septiembre-diciembre, 2011, pp. 933

-947

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844636012>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

## **A produção da "circulação de crianças": entre capturas e nomadismos**

**The production of "circulation of children" between catch and nomadism**

**Larissa Gonçalves Medeiros\***

Universidade da Amazônia – UNAMA, Belém, Pará, Brasil

**Flávia Cristina Silveira Lemos\*\***

Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, Pará, Brasil

### **RESUMO**

O presente artigo pretende realizar uma análise da "circulação de crianças" a partir dos estudos antropológicos, discutindo-a como uma estratégia de problematização das naturalizações operadas em torno das idéias de infância e família e dando visibilidade aos regimes de verdade que as constituíram e aos efeitos produzidos por elas, especialmente na atuação de psicólogos e demais trabalhadores sociais. Apresenta-se uma discussão do conceito de risco dos trajetos e das práticas médicas e psicopedagógicas que sustentam relações de poder sobre os corpos de crianças ancoradas em uma lógica desenvolvimentista e com os lugares previstos para elas pelos especialistas. Finaliza-se o texto com uma analítica para desmontar o dispositivo de circulação em seus vínculos com a política de segurança em prol da constituição de um nomadismo como resistência às capturas que limitam a potência inventiva da criança.

**Palavras-chave:** Crianças; Circulação; Tecnologia de segurança; Nomadismo; Resistência.

### **ABSTRACT**

The present article aims to make an analysis about the "circulation of children" based in anthropological studies, discussing it as a strategy of questioning the naturalization operated around the ideas of childhood and family, giving visibility to the regimes of truth that constituted them and the effects produced by them, especially in practices of psychologists and other social workers. It presents a discussion about the concept of risk paths and about the medical and psycho-pedagogical practices that sustain power relations over children's bodies anchored in a developmental logic and with places foreseen to them by specialists. The text ends with an analytical to disassemble the device of circulation in its links with the security policy, in favor of the constitution of a nomadic existence as resistance to catches that limit the inventive power of child's.

**Keywords:** Children; Circulation; Security technology; Nomadism; Resistance.

## 1 Introdução ao campo problematizado

Nesse artigo de revisão bibliográfica, realiza-se uma análise histórico-genealógica a respeito das relações entre o processo de medicalização e a prática da “circulação de crianças”, acontecimento que tem sido amplamente abordado pelos estudos antropológicos da infância, e que, em um primeiro momento, pode ser definido como deslocamento físico que leva crianças a viver fora de seus núcleos familiares. Por fim, pretende-se pensar a questão da circulação em uma perspectiva da filosofia da diferença, a partir dos estudos de Michel Foucault, de Gilles Deleuze e de Felix Guattari.

Vale demarcar que a genealogia permite que sejam realizados estudos históricos por meio de procedimentos de interrogação de práticas de saber-poder, sendo que essa perspectiva foi utilizada como uma caixa de ferramentas apropriadas pelas autoras para compor esta analítica. O artigo é resultado de discussões em matérias de pós-graduação e grupos de estudos em que orientadora (coautora) e orientanda (autora) puderam criar campos de interlocução.

Para interrogar a produção de regimes de verdade sobre a infância, ressalva-se que não se deve fazer uma equivalência entre os termos criança e infância, que cotidianamente são utilizados como coincidentes. É preciso observar que a infância é um modo particular, e não universal, de pensar a criança (ARIÈS, 1981).

Assim, Ariès ressalva que, na sociedade tradicional, a criança não ocupava um lugar central na família e sua socialização não era nem assegurada nem controlada pela mesma, de modo que a criança aprendia todas as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las. Foi a partir de uma política médica que se delineou no século XVIII, nos países europeus que a família passou a ser alvo de uma organização/controle, bem como de uma racionalização, instaurando-se a preocupação com a conservação das crianças, acontecimento relevante para a constituição da noção de infância em nossa sociedade.

Essa política, de acordo com Foucault (1985), levou a medicina a assumir um lugar cada vez mais importante nas estruturas administrativas e na maquinaria geral do poder, transformando-a em uma técnica geral de saúde e não apenas em serviço das doenças e arte das curas. Tanto para Foucault (1985) quanto para Donzelot (1986), a política médica funcionava, já no século XVIII por parâmetros estabelecidos em uma economia social e do corpo que evitassem a mortalidade e o desperdício de forças – forças que poderiam ser utilizadas para consolidar e aumentar a potência da nação.

A família, então, de acordo com estes autores, passou a desempenhar o papel de articuladora entre os objetivos gerais

relativos à boa saúde do corpo social, com a necessidade de cuidados dos indivíduos, gerando o que Foucault (1985) chamou de “família medicalizada-medicalizante”. A família passa a organizar-se em torno da criança, promovendo novas condições de educação, o que Donzelot (1986) descreveu como conservação das crianças, e que ocorreu de maneira diferente entre as camadas burguesas e as camadas populares.

As primeiras foram marcadas pelo desenvolvimento da medicina doméstica com um conjunto de conhecimentos e técnicas que operaram criando um “cordão sanitário” que se orientava isolando as crianças da influência negativa dos serviços, colocando-as sob discreta vigilância. Já, as camadas pobres realizavam suas novas tarefas educativas por meio de um modelo pedagógico, em que a criança era alvo de uma vigilância ostensiva que a dirigia para espaços circunscritos, como: a escola ou a habitação familiar, limitando sua liberdade e sua co-extensividade ao campo social a fim de afastá-la dos considerados perigos do exterior: o cabaré e a rua (RAGO, 1985; DONZELOT, 1986).

No caso do Brasil, o significado social de que foi revestida a infância segundo Rizzini (2008), desponta em um momento crucial de nossa história marcado pela passagem do regime Colonial para o regime Republicano e pela idéia de que era preciso civilizar o país, reconstruir a nação através da formação de “um novo modo de vida” (RIZZINI, 2008, p. 76). Simultaneamente, aponta a preocupação política em relação à infância como um problema social por ser um período de formação do ser humano possível de transformar-se em “embrião da viciosa e da desordem”.

As crianças foram inscritas no âmbito das experiências que lhes seriam próprias em cada idade, descrevendo os cuidados de que elas devem ser objeto, estabelecendo critérios para julgamento de seu desenvolvimento sadio, de sua normalidade, das operações necessárias para garantir sua transformação em cidadãos úteis. Assim, a criança vai sendo instituída como um problema econômico-político, uma preocupação médico-moral, uma inquietude religiosa e um encargo pedagógico, passando a ser sujeitada por um conjunto de instituições disciplinares (BUJES, 2000; CORAZZA, 2000; HILLESHEIM; GUARESCHI, 2007; LEMOS, 2007).

## **2 A antropologia da infância e o fenômeno da “circulação de crianças”**

A antropologia, desde sua emergência, se firmou como um saber que estuda os fenômenos sociais e culturais a partir do ponto de vista daqueles sobre quem e com quem fala – seus objetos de estudo. No entanto, as propostas de abordagem antropológicas que tinham a

criança como foco, até a década de 60, pareciam não reconhecer nela um objeto legítimo de estudo, na medida em que a usavam como um contraponto para falar de outras coisas como a vida em sociedade ou as responsabilidades da idade adulta (COHN, 2005).

De acordo com Cohn (2005), apenas a partir da década de 60, com a revisão e reformulação de alguns conceitos da antropologia é que as crianças passaram a ser percebidas como sujeitos que atuam na sociedade e possuem um papel ativo na definição de sua própria condição. Assim, ocorreu uma virada no campo dos estudos antropológicos e as crianças começaram a ser estudadas de outras maneiras configurando-se o que conhecemos hoje como antropologia da criança.

Entre os estudos brasileiros desenvolvidos no âmbito da antropologia da infância, um dos mais interessantes, realizado pela antropóloga Cláudia Fonseca (1995), aborda o fenômeno da circulação de crianças. Fenômeno demográfico muito estudado em alguns países da África, e que até poucos anos atrás era praticamente desconhecido no Brasil, a circulação é uma prática bastante generalizada que pode ser definida como deslocamento físico que leva crianças a viver fora de seus núcleos familiares e que, de acordo com Serra (2003, p. 229), “[...] inclui diversas situações, abarcando as crianças em situação de rua, as institucionalizadas, os chamados ‘filhos de criação’, as crianças formalmente adotadas e até mesmo os chamados arranjos de *child care*<sup>1</sup> [...]”.

Para compreendermos o fenômeno da circulação de crianças e os sentidos relacionados a ele é imprescindível discutirmos a noção “moderna” de família que, como já foi demonstrado anteriormente, se constituiu com a ajuda de uma política médica e de regimes de verdade instituídos por ela durante o século XVIII.

Algumas autoras que desenvolveram pesquisas sobre o tema (FONSECA, 1995; SARTI, 1996; SERRA, 2003) compreendem a prática da circulação como uma das formas alternativas de organização de famílias que se encontram em dificuldades sócio-econômicas, mas também ressaltam como essa prática pode ser uma estratégia de sobrevivência, sublinhando a importância da rede extensa de parentes (em particular consangüíneos) entre as camadas populares, bem como das redes sociais de apoio. Essa prática caracteriza-se pelo campo de possibilidades que se instala na composição dos encontros entre os corpos e da abertura da unidade conjugal, aparente às vezes na própria residência, e pelo fortalecimento da solidariedade do grupo familiar através da coletivização da responsabilidade pelas crianças (FONSECA, 1995, 1997).

Sabe-se que a própria circulação não tem um formato definido e pode ter fluxos diversificados, ainda que algumas pesquisas, como a de Serra (2003), apontem para certas tendências como a da circulação

entre parentes, como entre as avós. Também encontramos especificidades relacionadas aos aspectos sócio-culturais, como o caso das “crias” de família muito comuns na região amazônica: meninas que são entregues principalmente às famílias da cidade [...] para ‘ajudar’ no serviço doméstico e em ‘troca’ obter moradia, vestuário, educação, ou seja, uma ‘chance na vida’ [...]” (MOTTA-MAUÉS; IGREJA; DANTAS, 2008, p. 10).

De acordo com Motta-Maués (2004; 2008), nas referências que abordam o tema da circulação de crianças, essa movimentação tem sido identificada como característica apenas de grupos populares. No entanto, corroborando com Sarti (1996), que afirma que a circulação está ancorada na “dificuldade concreta de criar os filhos” decorrente de uma situação de extrema pobreza, mas chamando atenção para o que refere como “opção preferencial pelos pobres” característica na Antropologia, a autora propõe uma ampliação da noção de circulação de modo que as crianças de camadas médias e altas também sejam incluídas nesse “ir e vir”.

Assim, de acordo com Motta-Maués (2004; 2008) devem ser consideradas, além das experiências de duração mais longa, ou com certa estabilidade no tempo de permanência dos pequenos, ou aquelas regidas por um sistema de prestações e contraprestações de cunho moral (como, por exemplo, a obrigação de uma tia em criar um sobrinho pequeno após a morte de sua mãe), também os movimentos e os fluxos mais curtos, mais intermitentes, mais dinâmicos que incluem outros personagens e outros espaços sociais: como o vaivém de crianças entre a casa dos pais separados, entre a casa dos pais e das avós, as idas e vindas para as aulas de inglês, às aulas de reforço, às atividades esportivas e/ou culturais e inúmeras outras, tomando assim a circulação de modo mais amplo e flexível.

Apesar de haverem ainda muitas questões sobre a circulação de crianças que não foram exploradas nos estudos sobre o tema, como assinala Motta-Maués (2004; 2008), especialmente em relação às hierarquias e espaços sociais, não se pretende aqui esgotar o pouco que já foi produzido e sim apontar que esse fenômeno pode ser uma estratégia de problematização das naturalizações operadas em torno das idéias de infância e família, dando visibilidade aos regimes de verdade que as constituíram e aos efeitos produzidos por elas, especialmente na atuação de psicólogos e demais trabalhadores sociais.

### **3 Circulação e risco: implicações dos saberes médico e psi na atuação de trabalhadores sociais**

A classificação “crianças em situação de risco” é amplamente utilizada por profissionais da rede de proteção aos direitos humanos de

crianças e adolescentes. A noção de risco surge relacionada à idéia de domínio do futuro pela análise dos acontecimentos. Acredita-se, dessa maneira, na possibilidade de gerenciamento do futuro a partir da previsão e do cálculo daquilo que em sua maior ou menor chance poderá acontecer. De acordo com Gomes da Costa (apud HILLESSHEIM; CRUZ, 2009 p. 76):

[...] a situação de risco na infância vincula-se a fatores que ameacem ou causem efetivo dano à integridade física, psicológica ou moral da criança ou adolescente, em consequência da ação ou omissão de diversos agentes, tais como a família, outros grupos sociais ou o próprio Estado [...].

Neste contexto, o que nos interessa especificamente é que dentre o conjunto de efeitos produzidos pela classificação de uma situação como “de risco” encontra-se a condenação da circulação de crianças pobres sob o argumento de que ela é resultante do abandono familiar. Aqui chegamos a uma questão fundamental: se, como já foi exposto anteriormente, é possível ampliar a noção de circulação incluindo nela os deslocamentos característicos do cotidiano de crianças de camadas médias e altas, o que faz com que estes deslocamentos não sejam percebidos como abandono familiar e classificados como “situação de risco”, como ocorre no caso da circulação de crianças pobres?

Algumas formas de circulação de crianças são permitidas e outras não: crianças pobres poderiam circular pela escola, pelos estabelecimentos de promoção da saúde, pelos projetos compensatórios sócio-econômicos, pelos abrigos, nas casas de familiares diversos, em creches e pelas igrejas. Crianças de camadas médias e altas poderiam circular em locais de lazer, em *shoppings*, em clubes, em viagens, nas escolas, na rede de atenção à saúde, na família, em cursos variados de idiomas, em escolas de esporte, em aulas de música e de artesanato, em brinquedotecas, em igrejas, nas casas de familiares e pelos circuitos televisivos.

Pode-se afirmar então que a classificação de alguns movimentos e fluxos de crianças como “situação de risco” representa uma estratégia de controle de certos modos de circulação em função da escolha de outros locais e percursos que são vistos como ameaçadores e/ou considerados impróprios para crianças.

Para compreender como se configura esse controle sobre a circulação faz-se *mister*, primeiramente, reafirmar o lugar privilegiado que a família, segundo Foucault (1985), passou a ocupar na sociedade moderna como agente constante de medicalização, na medida em que a saúde e o bem-estar se constituíram como os objetivos prioritários e as demandas sociais básicas referentes a esse grupo (CAPONI, 2000).

Essa família medicalizada-medicalizante que passa a ser hipervalorizada se institui a partir de determinadas características e funções como: a limitação ou intensificação dos vínculos que constituem o núcleo familiar (grupo pais-filhos), excluindo o que é “estranho”; a constituição do espaço chamado de “lar” responsável por abrigar o núcleo familiar caracterizando o âmbito da vida privada e moralizada; os cuidados higiênicos com o corpo e com o espaço familiar através de normas de moralização dos costumes e dos hábitos e a conservação das crianças. No que concerne às famílias populares, Donzelot (1986, p. 46) afirma que:

[...] suas novas tarefas educativas são realizadas às custas da perda de coexistência com o campo social, de apartar-se de tudo que se situava num campo de forças exteriores. Isolada daqui em diante a família popular está exposta a que lhe vigem seus desvios.

De acordo com Huning (2007), os parâmetros que regularizam a produção dessas condutas de organização e controle da circulação tomam por referência modelos familiares ditos estruturados, condições ditas ideais de desenvolvimento, condições dadas em situações sócio-econômicas “estáveis”. Além disso, segundo Hillesheim e Guareschi (2007), a produção da infância implica não apenas na constatação de que a criança é portadora de certas características, mas também de determinados direitos: o direito a permanecer sob os cuidados da família e à formação escolar, direito a gozar de um tempo para brincar e aprender, dentre outros. Todos esses direitos acabaram sendo englobados na noção de “direito à infância”.

Quando as crianças não se encontram nas condições ideais de desenvolvimento acima referidas, o “direito à infância” é considerado burlado, ou violado, e o complexo tutelar responsável por assegurar a proteção da infância entra em ação. Acerca desta questão é importante ressaltar, corroborando com Rizzini e Pilotti (2009), que a imagem da pobreza associada à degradação moral está presente desde o século XIX na sociedade brasileira, e tem continuidades e descontinuidades ao longo dos modos de organizar a assistência historicamente dispensada às crianças e adolescentes.

Neste cenário, as práticas “psi” compõem uma rede de articulação entre saberes e poderes que tomam o risco como seu objeto com a finalidade de gerenciá-lo. Isso em um duplo processo por meio do qual atua tanto na definição das situações relativas ao que se define como risco social, quanto na constituição das situações e das categorias de pessoas que são classificadas em tal enquadramento.

No entanto, observa-se que ao encampar a noção de risco algumas psicologias operam estabelecendo categorias de normalidade,

contribuindo assim para o estabelecimento de certos tipos de infância – como o “menor”, o “pivete”, “menino de rua” ou “a criança em situação de risco” – em um processo de naturalização e universalização do risco, da infância e das relações entre ambos.

Retomemos a afirmativa de Huning (2007) que a produção de subjetividades normalizadas funciona como referência para a definição de situações de risco social que, de acordo com a psicologia, quase que inevitavelmente produzirão o futuro da viciosa e criminalidade que ameaçaria supostamente a ordem pública. Nesse sentido, pensar na existência de um modelo familiar que deve ser seguido por todos, pesa em que todas as versões de família diferentes desse modelo sejam compreendidas sob o rótulo de “desestruturadas”.

Os discursos secularizados de que as famílias pobres seriam incapazes de cuidar de si mesmas e, consequentemente, de seus próprios filhos, podem ser questionados com os estudos sobre família realizados por Fonseca (1995) que identificaram a circulação de crianças nas camadas populares como importantes para a sobrevivência dessas famílias, na medida em que proporciona fortalecimento das redes de ajuda mútua que envolve a parentela extensa, através da coletivização da responsabilidade pelas crianças frente à ausência de políticas públicas de atenção às crianças e adolescentes que possibilitem sua convivência familiar e comunitária concretamente. Sobre este aspecto corroboramos com Rizzini e Pilotti (2009) quando afirmam:

Surpreende o fato de que, salvo raríssimas exceções, não são documentados os incontáveis casos de famílias que, apesar da imagem (certamente introjetada por elas, em algum nível) e de todos os demais obstáculos encontrados, conseguiram criar seus filhos na pobreza. E, no entanto, sabe-se pela observação e pelo senso comum, que a circulação de crianças entre famílias das classes socialmente menos favorecidas é bastante freqüente – os chamados ‘filhos de criação’ (RIZZINI; PILOTTI, 2009, p. 24).

Esses efeitos da circulação também põem em xeque o discurso de que este acontecimento acarreta a perda do vínculo familiar, haja vista não podermos considerar a família apenas como aquela que se organiza de maneira nuclear.

Diversas psicologias, caracterizadas ao longo de sua história pela produção de especialistas pouco preocupados em construir dispositivos que coloquem em análise o paradigma da objetividade científica e seus efeitos (NASCIMENTO; MANZINI; BOCCO, 2006), acabam sendo capturadas por esse paradigma e entrando no jogo da produção de saberes que naturalizam e de intervenções medicalizantes. Através da gestão dos riscos os corpos de crianças

são governados com programas que funcionam por meio de uma lógica que produzem crianças *em* situação de risco e crianças *de* risco como problema a ser gerido e como uma ameaça a ser preventivamente administrada (HUNING, 2007). Diante desses questionamentos, um paradoxo se instala: como intervir sem codificar a circulação ou, de modo impositivo, impor uma forma de circulação e lugares para a infância?

#### **4 Pensando circulações como trajetos nômades e rizomáticos**

Defendemos uma circulação enquanto produção de desterritorialização e uma prudência na mesma para se criar campos de possíveis que não favoreçam as semióticas de um capitalismo mundial integrado, que pretende tudo engolofar, colocando todos os corpos em uma rede de circulação infinda com fins econômicos.

O problema do nomadismo e, portanto, da nomadologia como ação pragmática ou política, no entanto, encara um desafio maior. É que o espaço nômade não é privilégio dos nômades, povos historicamente determinados, nem daqueles indivíduos dos quais se diz que são nômades, numa sociedade sedentária como a nossa. Não basta uma vontade de contestação, não é suficiente um *outsider*, para encarnar um nômade. Os Estados constituídos, como suas territorialidades compensatórias, lograram, historicamente falando, constituir um nomadismo que lhes é próprio. Como isso acontece? [...] Deleuze refere-se a um “novo nomadismo” que se realizaria na medida em que se efetiva, em nossos dias, uma “máquina de guerra mundial”, independente dos aparelhos de Estado delimitados nacionalmente. Nesse caso, temos o espaço nômade de desterritorialização reconstituído por uma máquina a serviço de uma axiomática capitalista. [...] (CARDOSO Jr., 2004, p. 126).

O problema não é apenas circular, pois, a questão seria avaliar quando a velocidade do circuito coloca armadilhas e quando ela é máquina desejante e guerreira de combate aos fluxos do capital, em um enfrentamento dos discursos normalizantes, afinal, “[...] o desejo é revolucionário, é a própria potência de transformação. O agenciamento do desejo implica as linhas de fuga e de desterritorialização.” (SILVA, 2005, p. 46).

Os estudos dos últimos cursos de Foucault (2008a; 2008b), tratando do biopoder – práticas de gestão das condutas em nível individual-disciplinar para docilização e produtividade dos corpos e no plano coletivo, pelas práticas biopolíticas, que implicam em um governo da vida da população para expandir a saúde – são interessantes para

pensarmos essa questão na medida em que implicam a formulação de uma gerência da circulação.

Na égide dos mecanismos disciplinares, é o corpo do indivíduo que é alvo de submissão política paralelamente ao aumento da produtividade, sendo a gestão dos corpos no espaço enquanto multiplicidades organizadas, distribuídas, comparadas, coordenadas em suas trajetórias horizontais e verticais (FOUCAULT, 1999; 2008a).

Já, na seara da biopolítica, interessa operar uma regulação dos modos de circulação dos segmentos populacionais. Para tal, são estabelecidos parâmetros flexíveis, como: por onde circular; quando fazê-lo e acompanhados de quem; com quais objetivos; protegendo-se de riscos e capitalizando o ir e vir como investimento. Desse modo, a indução de um circuito regulado seria um modo de organizar condutas no plano coletivo, no escopo de uma política de segurança (FOUCAULT, 2008a).

As fronteiras dos espaços são abertas e fechadas, conforme os acontecimentos vão sendo classificados como comprometedores de uma lógica securitária modular. Os trajetos poderão ocorrer em um campo virtual de possibilidades, em que o deslocamento da população no espaço é gerido por meio do tratamento do aleatório (FOUCAULT; 2008a). Nessa tentativa de exercício de um controle e regulação de condutas no bojo das tecnologias de segurança prescritas como governo, produz-se um cálculo de custos e dos riscos aceitáveis ou não como uma média ótima, sempre a coordenar e avaliar, em que a criança considerada em perigo e classificada como perigosa é alvo de práticas de governo em nome da vida e da defesa da sociedade.

O tratamento do aleatório por meio da estatística e da gerência dos modos de distribuição dos corpos de crianças no espaço, implica engendrar uma ordem social pela difusão de tecnologias de segurança, tais como: o controle da circulação desse segmento da população na cidade. É o que Foucault denomina (2008a) de situar a cidade enquanto espaço de circulação, pois, os mecanismos disciplinares funcionam pela eficácia política da disposição dos corpos no que tange a tarefa de fazer circular para operar uma disciplina das multiplicidades em um território dado.

Por sua vez, as técnicas de segurança procuram desfazer as aglomerações indesejadas e desordenadas em função de táticas econômicas e administrativas, capitalizando um território e arquitetando um espaço. Todavia, como fugir dessas linhas de condução prescritas pelas rationalidades da análise de probabilidades e das estratégias de poder ancoradas em dispositivos de segurança?

Uma possibilidade pode ser pensada a partir das análises de Deleuze (1997), que afirmam como a criança está mais aberta ao fluxo de agenciamento com o mundo, afectando-se de modo mais intensivo, resistindo às tentativas de bloqueios de seus trajetos por uma via

central, como a família ou escola, por exemplo. “A criança não pára de dizer o que faz ou tenta fazer: explorar os meios, por trajetos dinâmicos, e traçar o mapa correspondente.” (DELEUZE, 1997, p. 73).

Deleuze e Guattari questionaram como a psicanálise freudiana rebateu o encontro de uma criança – o Pequeno Hans com os animais sob a causalidade edipiana, interpretando de modo familialista a produção desejante da criança de conectar-se com o mundo. Freud interpretava os trajetos de Hans, como Melanie Klein o fazia no atendimento de Richard como vontade de dormir com papai e mamãe. Todavia, Deleuze (1997, p. 74) alerta, em contraposição à psicanálise, que os pais são meios e não funções fundamentais e basilares dos processos de subjetivação. O mundo não deriva do pai e da mãe, eles são “conectores ou desconectores de zonas” de afirmação da experiência imprevisível e inusitada de percorrer e compor planos superpostos de imanência, sem determinantes e sem contornos de percurso controlados.

Estudar o inconsciente, no caso do pequeno Hans, seria mostrar como ele tenta constituir um rizoma, com a casa da família, mas também com a linha de fuga do prédio, da rua, etc.; como estas linhas são obstruídas, como o menino é enraizado na família, fotografado sob o pai, decalcado sobre a cama materna; depois, como a intervenção do professor Freud assegura uma tomada de poder do significante como subjetivação dos afetos; como o menino não pode mais fugir senão sob a forma de um devir-animal apreendido como vergonhoso e culpado (o devir cavalo do pequeno Hans, verdadeira opção política). Seria necessário sempre ressitar os impasses sobre o mapa e por aí abri-los sobre linhas de fuga possíveis. (DELEUZE; GUATTARI, 2000, p. 24).

A criança quer fazer rizoma, quer criar passagens insólitas e abrir percursos outros, tornar-se nômade, até sem a obrigação de sair do lugar, tecendo fugas dos caminhos já definidos, resistindo à captura da circulação instrumental empreendida pelo projeto de fazerem dela o futuro da nação. Faz da rua meio e da cidade um lugar de aventuras marcadas pelo estranhamento dos roteiros prontos.

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e... e... e...”. Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. Para onde vai você? De onde você vem? Aonde quer chegar? São questões inúteis. Fazer tabula rasa, partir ou repartir de zero, buscar um começo, ou um fundamento, implicam uma falsa concepção da viagem e do movimento (metódico,

pedagógico, iniciático, simbólico). (DELEUZE; GUATTARI, 2000, p. 37).

“É verdade que os nômades não têm uma história, só têm uma geografia” (DELEUZE; GUATTARI, 2007a, p. 71), por isso, o rizoma nada imita ou reproduz afinal ele tem múltiplas aberturas, ele é um mapa aberto a construir, sendo tecido nas heterogêneas composições de linhas díspares (DELEUZE; GUATTARI, 2000).

[...] O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. Oposto ao grafismo, ao desenho ou à fotografia, oposto aos decalques, o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. [...] (DELEUZE; GUATTARI, 2000, p. 32-33)

Nessas tessituras de sublevação, as crianças podem forjar territórios de existência circulando sem mapas, estranhando-os na deriva de se constituírem estrangeiros em terra natal. Nesse processo, o corpo sem órgãos desorganiza o organismo para abrir passagens e experimentações fora da adaptação funcionalista, que criva os modos de ser das crianças nas teorias do desenvolvimento e de seus padrões esperados de normalidade.

Um corpo sem órgãos é feito de tal maneira que ele só pode ser ocupado por intensidades. Somente as intensidades passam e circulam. O corpo sem órgãos não é uma cena, um lugar, nem mesmo um suporte onde aconteceria algo. Nada a ver com um fantasma, nada a interpretar. O corpo sem órgãos faz passar intensidades, ele as produz e as distribui num *spatium* ele mesmo intensivo, não extenso. (DELEUZE; GUATTARI, 2007b, p. 13).

Ora, se a regulação da circulação das crianças é matéria extensiva, ou seja, organizada com funções; o nomadismo de crianças pode ser da ordem da intensidade, minando as travessias fixadas de antemão.

## 5 Considerações Finais

Finaliza-se o artigo, afirmando-se que a criança enquanto potência pode romper com as equalizações encerradas no objeto infância em prol de uma política da diferenciação, sem oposições, sem analogias, sem semelhanças e sem uma colagem em uma identidade infância. Dessa maneira, a circulação de crianças é deslocada e sai do campo da medicalização e do governo dos riscos, se tornando tática de fuga. Os verbos dirigir e guiar são substituídos pelos singularizar e experimentar, rompendo infantilizações e racionalidades

naturalizadoras que tentam colar e grudar seus corpos nas coordenadas da ordem e da segurança.

Põem-se em xeque os controles de circuitos orientados por tecnologias disciplinares e biopolíticas em prol da construção de conexões disruptivas dos chamados lugares da infância.

## 6 Referências

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BUJES, M. I. E. O fio e a trama: as crianças nas malhas do poder. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 25-44, dez-jan/jul. 2000.
- CAPONI, S. **Da compaixão à solidariedade**: uma genealogia da assistência médica. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.
- CARDOSO JR, H. R. Nomadismo e “nomadologia” para subjetividades contemporâneas, segundo Deleuze e Guatarri. In: FRANÇA, S.; ROCHA, L. C. da; CRUZ, S. P.; JUSTO, J. S.; CARDOSO JR, H. R. (Orgs.). **Estratégias de controle social**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004, p. 125-133.
- COHN, C. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- COIMBRA, C. M. B.; LOBO, L. F.; NASCIMENTO, M. L. do. Por uma invenção ética para os direitos Humanos. **Psicologia clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 89-102, 2008.
- CORAZZA, S. M. **História da infância sem fim**. Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2000.
- DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: Rizoma. In: \_\_\_\_\_. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 1, 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 11-37.
- \_\_\_\_\_. Tratado de nomadologia: a máquina de guerra. In: \_\_\_\_\_. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 5, 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007a, p. 62-71.
- \_\_\_\_\_. De novembro de 1947 – como criar para si um corpo sem órgãos. In: \_\_\_\_\_. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. v. 3, 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007b, p. 09-29.
- FONSECA, C. L. W. **Caminhos da adoção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- FONSECA, C. Família e criança. Leis e mediadores na sociedade de classes. In: DORA, D. (Org.). **Feminino, masculino**: igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 131-146.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: história da violência e das prisões. Petrópolis: Vozes, 1999.

- \_\_\_\_\_. **Segurança, território e população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- \_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- GREGORI, M. F. **Viração:** experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HILLESHEIM, B.; GUARESCHI, N. M. F. De que infância nos fala a Psicologia do Desenvolvimento? GUARESCHI, N. M. F.; HÜNING, S. (Orgs.). **Implicações da Psicologia no contemporâneo.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 83-102.
- HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. da. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. In: CRUZ, L. R. da; GUARESCHI, N. M. F. (Orgs.). **Políticas públicas e assistência social:** diálogo com as práticas psicológicas. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 70-85.
- HÜNING, S.; GUARESCHI, N. M. F. Problematizações das práticas psi: Articulações com o pensamento foucaultiano. **Athenaea Digital**, Barcelona, v. 8, p. 95-108, 2005.
- HUNING, S. Psicologia: da (a)normalidade ao risco In: GUARESCHI, N. M. F.; HÜNING, S. (Orgs.). **Implicações da Psicologia no contemporâneo.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 135-157.
- LEMOS, F. C. S. A apropriação do brincar com instrumento de disciplina e controle das crianças. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 81-91, abr. 2007.
- MOTTA-MAUES, M. A. Na "casa da mãe"/na "casa do pai": anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da "circulação" de crianças. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 427-452, 2004.
- MOTTA-MAUÉS, M. A.; IGREJA, D. G. L.; DANTAS, L. M. S. De casa em casa, de rua em rua... Na cidade: "circulação de crianças", hierarquias e espaços sociais em Belém. In: 26ª. REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2008, Porto Seguro. **Anais...** Porto Seguro: 2008, p. 1-19.
- NASCIMENTO, M. L. do; MANZINI, J. M.; BOCCO, F. Reinventando as práticas psi. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 15-20, 2006.
- RAGO, M. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RIZZINI, I. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.
- RIZZINI, I.; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.
- SARTI, C. A. **A família como espelho.** Um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.
- SERRA, M. M. P. Algumas considerações sobre a circulação de crianças no Brasil e sua distribuição por regiões. **Revista brasileira**

**de Estudos de População** Campinas, v. 20, n. 2, p. 229-239,  
jul./dez. 2003.

SILVA, C. V. da. Desejo como produção ou a positividade de o Anti-  
Édipo. In: ORLANDI, L. B. L. (Org.). **A diferença**. Campinas: Editora  
da UNICAMP, 2005, p. 27-54.

**Endereço para correspondência**

**Larissa Gonçalves Medeiros**

Rod. Arthur Bernardes, 1650, Q9 L2, Pratinha, CEP 66825-000, Belém – PA, Brasil  
Endereço eletrônico: larissagmedeiros@yahoo.com.br

**Flávia Cristina Silveira Lemos**

Universidade Federal do Pará,Rua Augusto Corrêa, 01, Guamá, Faculdade de  
Psicologia/IFCH, CEP 66075-110, Caixa postal 479, Belém – PA, Brasil  
Endereço eletrônico: flavialemos@ufpa.br; flaviacslemos@gmail.com;  
flavazevedo@hotmail.com.

Recebido em: 10/02/2010

Reformulado em: 04/10/2010

Aceito para publicação em: 19/10/2010

Acompanhamento do processo editorial: Ariane P. Ewald

**Notas**

\*Psicóloga/UFPA; Especialista em Psicologia da Saúde/ESAMAZ; Mestre em  
Psicologia/UFPA; Professora em Psicologia Social/UNAMA; Membro do Núcleo Belém  
da ABRAPSO.

\*\*Psicóloga/UNESP-Assis; Mestre em Psicologia e Sociedade/UNESP; Doutora em  
História/UNESP; Professora adjunta em Psicologia Social/UFPA.

<sup>1</sup>Martelete (1998 citado por SERRA, 2003, p. 229) afirma que o termo *child care*  
significa cuidado das crianças e que, na literatura econômica, sociológica e  
demográfica, arranjos de *child care* abarcam instituições ou pessoas cuja função  
em algum momento é o cuidado da criança, tais como pré-escolas, creches, babás,  
empregadas domésticas, ou mesmo avós, irmãos e outros.